

Arthur R. Kroeber – China’s Economy – Oxford, Oxford University Press, 2016 ISBN 978-0-19-023903-9 – 320 p

Ladislau Dowbor

Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

E-mail: ldowbor@gmail.com

Disponível em: <<http://dowbor.org/2016/11/arthur-r-kroeber-chinas-economy-oxford-oxford-university-press-2016-isbn-978-0-19-023903-9-320-p.html/>>

Kroeber não é mais uma pessoa que passou um tempo na China e escreveu um livro. Vivendo em Beijing e Nova Iorque, editor do China Economic Quarterly, reúne tanto conhecimento técnico como vivência e familiaridade cultural num livro de excepcional qualidade. Quase uma pessoa em cada cinco no planeta é chinesa. O pouco que sabemos sobre como funciona este país, em particular considerando os seus impressionantes avanços, é simplesmente uma vergonha. Vergonha aliás em particular para a nossa mídia, onde a editoria internacional se resume basicamente à última explosão no oriente médio e à foto do dia do presidente dos EUA. Não é possível continuarmos com este grau de desconhecimento. Eu já estive três vezes na China, acompanho as suas transformações, e o presente livro me convence.

Um pouco deformado, talvez, pelo a priori do autor de que a privatização é a salvação da lavoura, mas no conjunto comprova que é o equilíbrio que o país conseguiu construir entre as políticas públicas, o setor público empresarial, interesses empresariais privados e os grupos internacionais – que em última instância assegurou o sucesso do conjunto. É uma arquitetura diferente de poder e de gestão, aparentemente muito mais equilibrada do que as nossas economias ditas “ocidentais”.

Aliás, Kroeber faz prova de um bom senso impressionante: “Em qualquer país os verdadeiros inimigos na luta por uma prosperidade de base ampla não são os competidores internacionais, mas elites domésticas que batalham constantemente para preservar os seus próprios privilégios às custas de todos os outros. Inovação, educação, abertura, e um Estado redistributivo constituem armas confiáveis nesta batalha.”(256)

Não teria sentido aqui tentar resumir a riqueza de informações trazidas pelo autor. Mas sim vale a pena levantar alguns pontos chave, privilegiando a fase de transformações que se inicia em 1978 com as renovações de Deng Xiaoping. Herdando um mundo essencialmente rural, Deng promoveu uma dinamização econômica e social centrada em melhorar as condições econômicas desta imensa base de agricultura familiar, com suporte à produção local, comercialização, financiamento, acesso à terra e expansão de direitos sociais. Foi assim uma construção do país pela base, sendo os excedentes produtivos essenciais para o segundo eixo de expansão que seriam as cidades, ao mesmo tempo que do lado da demanda se criava uma ampla base de consumo popular. Assim a expansão da produção assegurou o seu complemento de demanda. Dos cerca de 500 milhões de pessoas tiradas da pobreza no mundo nas últimas décadas, 350 milhões são chinesas.

Um segundo eixo consistiu no forte investimento em infraestruturas, em particular conectando as áreas rurais numa rede de energia e transporte que tende a aumentar a produtividade geral. Assim um país ainda relativamente pobre e com salários baixos teria “uma combinação provavelmente não igualada de custos baixos de mão de obra com boas infraestruturas, praticamente de país rico.”(45) Um segundo

impulso de infraestruturas, em particular com trens de grande velocidade, viria já neste milênio, mas no conjunto o essencial é que esta parte do desenvolvimento foi rigorosamente planejada, de forma a assegurar a sinergia entre as redes e a tornar as empresas e regiões mais produtivas.(83) Hoje a China está expandindo as infraestruturas no sentido das conexões com o resto da Ásia e Europa, na linha do que tem chamado de “diplomacia de infraestruturas”, inclusive com a constituição do AIIB (Asian Infrastructure Investment Bank), ao qual já se associaram 60 países. (245)

As bases financeiras e os equilíbrios macroeconômicos desses esforços foram asseguradas por um sistema financeiro fortemente controlado e orientado pelo interesse público: “Os que orientavam a política econômica acreditavam que o controle direto do governo sobre o sistema bancário era crucial para que a política macroeconômica fosse efetiva.”(93) Aqui também nota-se uma busca de equilíbrios, com as grandes empresas estatais podendo administrar os recursos de maneira flexível por meio de instrumentos financeiros próprios (*in-house finance company*), mas com o governo evitando de “perder o controle sobre o sistema financeiro caso se permitisse que as companhias financeiras corporativas se transformem em bancos plenos (*full-fledged banks*).”(98) No conjunto o acesso ao financiamento, em particular para os governos locais, foi baseado em taxas de juros muito baixas (*ultralow interest rates*). (84)

As boas infraestruturas, um amplo mercado interno e mão de obra barata foram irresistíveis para as corporações internacionais, que foram autorizadas a se instalar mas com termos de referência definidos em grande parte pelos próprios chineses, por meio de zonas econômicas especiais. De forma parecida com a experiência da Coreia do Sul, aqui a capacidade financeira, organizacional e tecnológica das corporações internacionais foi utilizada para formar gradualmente capacidades próprias, e em particular para servir de base exportadora, o que geraria superávits comerciais e capacidade de importação complementares à matriz produtiva interna. Usando os aportes externos para dinamizar capacidades próprias gerou um processo de restauração de equilíbrios, e não de dependência. Em 2014 o investimento externo direto se limitava a 3% do investimento.(55)

Finalmente, joga um papel essencial o processo de urbanização, gigantesco movimento que levou centenas de milhões de pessoas para as cidades, exigindo a expansão da produção de cimento, aço e outros materiais básicos (essencialmente na mão de grandes empresas estatais), e também maior capacidade de construção de infraestruturas, levando gradualmente à intensificação da produção de equipamento doméstico básico, e a transição para o consumo popular urbano de massa atual. Na visão do autor, a redução do ritmo de crescimento de mais de 10% durante várias décadas para os atuais 6-7% caracteriza esta última transição, com a gradual redução do ritmo de crescimento bruto de edifícios e infraestruturas correspondentes.

Interessa-nos naturalmente em particular a gestão, todos tentamos desenhar mentalmente o tipo de arquitetura organizacional que a China criou, e o tipo de tigre que resulta. “A China é formalmente centralizada, mas na prática altamente descentralizada...Na dimensão quantitativa, pela proporção de rendimentos e gastos fiscais manejados pelos governos locais, a China é por uma ampla margem o país mais descentralizado na terra, com a participação dos governos locais nos rendimentos e nos gastos mais do dobro das que são típicas nos países desenvolvidos da OECD, que por sua vez tendem a ser mais descentralizados do que nações em desenvolvimento.”(111) Este ponto é absolutamente central, pois alia uma forte capacidade de orientação política central, com uma radical flexibilidade local na aplicação destas orientações, somando-se coerência sistêmica com agilidade administrativa. É uma lição essencial

inclusive para o Brasil, que tem um governo muito centralizado e finanças locais inexistentes.

Um sentimento agradável na leitura resulta da seriedade com a qual Kroeber demonstra a futilidade dos argumentos ideológicos simplificadores sobre a China, inclusive apontando as pesquisas externas que demonstraram que as sugestões de que o país trambicava as suas estatísticas eram falsas. Estas alegações, como as de se tratar de uma ditadura, simplesmente não se sustentam, e em geral resultam apenas de desconhecimento. É diferente, tem muitos defeitos, e funciona.

Visão política geral? “Politicamente, a China é um sistema autoritário resiliente cuja legitimidade é baseada em governança eficiente (*effective*) mais do que em eleições democráticas. Este sistema se fortaleceu substancialmente desde a crise política de 1989, conseguiu três transições pacíficas de liderança, respondeu de maneira competente às circunstâncias cambiantes, e aparentemente goza de um elevado nível de apoio cidadão ou pelo menos aceitação.” (253). Dado não secundário: a bibliografia é excelente, e muito bem organizada para orientar leituras complementares. O fato de ser publicado pela Oxford University Press também é uma recomendação.